

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
**1º SEMESTRE**  
**2024**

## Identificação Institucional

Denominação:	Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Telefone:	(22) 2665-5786 ou (22) 2665-2417
Site Institucional:	<a href="http://www.socinal.com.br">www.socinal.com.br</a>
Endereço:	Av. Brasil, 10 - 4º andar, Centro, Araruama - RJ
CNPJ:	03.881.423/0001-56

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 30 DE JUNHO DE 2024**

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam as demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

**1. A Instituição**

Atuando em um segmento em expansão e em um contexto de crescentes desafios com a modernização tecnológica e operacional do mercado financeiro brasileiro, A Socinal mantém sua essência de instituição voltada para a área de tecnologia financeira e fornecimento de serviços bancários. Neste exercício, continuamos a investir em tecnologia para serviços bancários e a capacitação das pessoas, voltando nossos esforços para consolidar e aprimorar os sistemas de pagamento e transferências bancárias, com ênfase nos produtos de conta de pagamento digital e cobrança. O ambiente de juros altos e inadimplência resiliente no mercado de crédito vem levando ao contingenciamento de recursos dos investidores de algumas fintechs e a adoção de políticas de crédito mais restritivas com efeito na redução dos volumes operados e as receitas geradas nesta linha de negócios, além disto, temos um cenário muito competitivo e amplificado por um regramento operacional que, a princípio, o regulador procurou igualar forças em nome de uma maior competitividade e ampliação de acesso ao crédito e aos sistemas de pagamento por meio de uma estratégia que busca ampliar a oferta de novos produtos por canais alternativos que não somente o bancário tradicional. A Socinal faturou R\$ 42,0 milhões de reais com serviços nos primeiros seis meses do ano e teve um crescimento de 88,75% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O segmento de *Banking as a Service* é o que demanda maior volume de investimentos em TI, pessoas e infraestrutura, visto que o sistema financeiro atualmente passa por intensa modernização nas áreas de *Open Finance*, sistemas de pagamento e segurança cibernética, o que tem ensejado maior atenção desta administração aos resultados dos produtos e aos níveis de investimento exigidos para manter a competitividade no setor. A carteira de crédito total teve evolução de 15,20% fechando em R\$ 298,9 milhões no semestre. O segmento de direitos creditório imobiliários, com foco na geração de créditos para linhas de aquisição de imóveis na planta e loteamentos de perfil residencial representa 94,68% do volume total da carteira e tem se mostrado resiliente em sua liquidez, com baixo índice de inadimplência frente a média do mercado e uma *duration* média de 7,7 anos. As demais linhas de crédito, com volumes menos expressivos, estão concentradas em créditos consignados e capital de giro para pequenas e médias empresas. A carteira de títulos de valores mobiliários emitidos cresceu 23,75% em comparação com o exercício anterior fechando em R\$ 302 milhões e apresentando uma boa aceitação pelos investidores sem, contudo, elevar os custos médios de retorno em comparação com ofertas semelhantes de bancos e financeiras de maior porte. O lucro líquido no exercício ficou em R\$ 3,8 milhões elevando o

patrimônio líquido ajustado da instituição para de R\$ 52,4 milhões de Reais, refletindo um maior volume de investimentos em tecnologia e a elevação dos custos operacionais dos serviços bancários neste semestre. No contexto da regulação prudencial, ao final de junho de 2024, atingimos um índice de Basileia de 18,63% nos mantendo acima do limite mínimo de 17% exigido para o nosso segmento S5.

Esta administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico definido em conjunto com os acionistas, visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa, com foco em serviços financeiros e operações mais pulverizados e com menor nível de inadimplência. Neste sentido, continuamos direcionando esforços para o fomento do crédito voltado ao setor imobiliário, bem como nas operações de *Banking as a Service*, com produtos como: emissão de dívidas via CCB; serviços de emissão e liquidação de cobrança bancária; e contas digitais.

## 2. Panorama Econômico e segmentação

No âmbito nacional, tivemos o aumento das incertezas fiscais e políticas, que afetaram o chamado risco país e aflorou o temor do mercado com relação à sustentabilidade das contas públicas brasileiras. Ao longo do 1º semestre, os sinais dos resultados fiscais do Brasil ficaram negativos e a ausência no discurso político de ações que enfatizam o compromisso com as regras fiscais e o constante embate com o Banco Central serviram de tom para o aumento da incerteza e desconfiança com relação à estabilidade da dívida pública brasileira provocando a desvalorização cambial e a paralização, por parte do Comitê de Política Monetária (COPOM), dos cortes progressivos da taxa básica do Brasil. Bancos e demais instituições financeiras ainda mantêm taxas de juros reais elevadas de forma acomodar um risco não completamente precificado e aguardando consolidação e implantação das novas regras tributárias, ações fiscais e de controle dos gastos pelo governo. Nos mercados internacionais, podemos destacar uma piora nas expectativas econômicas nos EUA e na zona do Euro com uma persistente inflação, acarretando a manutenção em patamares elevados as taxas de juros dos títulos públicos e, conseqüentemente, reprimindo suas economias e afetando diretamente a brasileira. O mercado de crédito no Brasil, em compasso de espera, sente o aumento da inadimplência e a perda do poder de compra da população e com isso ainda mantém a seletividade para conceder novos créditos e financiamentos em segmentos menos afetados pela queda de renda e faturamento.

## 3. Ouvidoria

A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal, como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010. Nossa estrutura de Ouvidoria atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores ([www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br)) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Mantivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação durante o ano de 2023 e não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda.

#### 4. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional, e faz periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

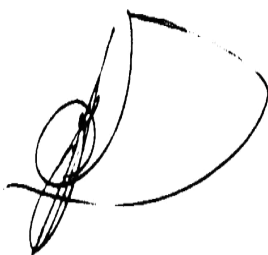
A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental fazendo a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o monitoramento do risco socioambiental em suas operações e inter-relações com fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco, visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br)

Agradecemos o apoio e colaboração de todos os acionistas, funcionários, clientes, investidores e parceiros.

Araruama/RJ, 16 de agosto de 2024.



## SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	3	49.580	41.163
Operações de Créditos		29.584	27.510
Setor Privado	4	30.028	28.119
(-) Provisão de Crédito		(444)	(609)
Outros Créditos	5	9.076	7.941
Diversos		9.076	7.941
Outros Valores e Bens		5.654	6.030
Bens não de Uso	6	5.498	6.028
Despesas Antecipadas		156	2
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>93.894</b>	<b>82.644</b>
<b>Não circulante</b>			
Operações de Créditos		264.864	243.503
Setor Privado	4	268.904	248.894
(-) Provisão de Crédito		(4.040)	(5.391)
		<b>264.864</b>	<b>243.503</b>
		-	
<b>Imobilizado Líquido</b>	7	<b>2.564</b>	<b>2.630</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>267.428</b>	<b>246.133</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>361.322</b>	<b>328.777</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas explicativas	30/06/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Depósitos	8.1	38.560	30.507
Depósitos a Prazo		38.560	30.507
Recursos e Aceites Cambiais	8.2	29.075	22.511
Recursos e Aceites Cambiais		29.075	22.511
Outras Obrigações	8.3	6.747	4.552
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		577	771
Fiscais e Previdenciárias		3.349	1.066
Diversas		2.821	2.715
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>74.382</b>	<b>57.570</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos	8.1	194.526	176.911
Depósitos a Prazo		194.526	176.911
Recursos e Aceites Cambiais	8.2	39.997	45.580
Recursos e Aceites Cambiais		39.997	45.580
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>234.523</b>	<b>222.491</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		16.042	16.042
Reservas de lucros		36.375	32.674
<b>Total do patrimonio líquido</b>	10	<b>52.417</b>	<b>48.716</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>361.322</b>	<b>328.777</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)



	Notas explicativas	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
<b>Receita da Intermediação Financeira</b>		<b>21.652</b>	<b>21.327</b>
Operações de Créditos		19.972	20.302
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlr. Mobiliários		1.680	1.025
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(13.874)</b>	<b>(11.704)</b>
Operações de Captação no Mercado		(15.375)	(15.663)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.501	3.959
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		<b>7.778</b>	<b>9.623</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>		<b>(2.205)</b>	<b>(1.686)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	11.1	42.040	22.273
Despesas de Pessoal		(1.349)	(1.315)
Outras Despesas Administrativas	11.2	(2.882)	(2.629)
Despesas Tributárias		(4.390)	(2.382)
Outras Receitas Operacionais		4	8
Outras Despesas Operacionais	12	(35.628)	(17.641)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>5.573</b>	<b>7.937</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>(170)</b>	<b>(859)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações</b>		<b>5.403</b>	<b>7.078</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(1.549)</b>	<b>(1.236)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(964)	(768)
Provisão para Contribuição Social		(585)	(468)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>9</b>	<b>3.854</b>	<b>5.842</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>12.700</b>	<b>12.700</b>
<b>Resultado por ação</b>		<b>0,303</b>	<b>0,615</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE</b>			
<b>(Em milhares de reais)</b>			
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido		3.854	5.842
Outros Resultados Abrangentes		-	-
<b>Lucro Abrangente</b>		<b>3.854</b>	<b>5.842</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(Em milhares de reais)



	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16.042</b>	<b>1.370</b>	<b>24.658</b>	-	<b>42.070</b>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício				5.842	5.842
Destinações do lucro:					
Reservas Legal		292		(292)	-
Reserva Especial de Lucro			5.550	(5.550)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>16.042</b>	<b>1.662</b>	<b>30.208</b>	-	<b>47.912</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16.042</b>	<b>1.703</b>	<b>30.971</b>	-	<b>48.716</b>
Lucro/Prejuízo líquido do exercício				3.854	3.854
Destinações do lucro:					
Reservas Legal		193		(193)	
Distribuição de Lucro			(153)		(153)
Reserva Especial de Lucro			3.661	(3.661)	
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>16.042</b>	<b>1.896</b>	<b>34.479</b>	-	<b>52.417</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO


**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 (Em milhares de reais)

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2023</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>3.854</b>	<b>5.842</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>		
Depreciação e Amortizações	67	86
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.516)	(4.207)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>2.405</b>	<b>1.721</b>
<b>Variações nas contas do Ativo e do Passivo</b>		
Redução (aumento) de Operações de Crédito	(21.919)	(25.516)
Aumento (redução) em Outros Créditos	(1.135)	3.843
Aumento (redução) em Outros Valores e Bens	376	3.755
Aumento (redução) em Depósitos a prazo	25.668	36.498
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	981	(13.498)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	2.195	(226)
	<b>6.166</b>	<b>4.856</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>8.571</b>	<b>6.577</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1)	(1)
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Distribuição de Lucro	(153)	
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(153)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.417</b>	<b>6.576</b>
<b>Demonstração do aumento nas disponibilidades</b>		
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no início do semestre/Ano	41.163	16.765
Saldo de caixa e equivalentes-caixa no final do semestre/Ano	49.580	23.341
<b>Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.417</b>	<b>6.576</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho 2024**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)****1- Contexto Operacional**

**A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas. A carteira proprietária está composta por empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas residenciais, capital de giro para pequenas e médias empresas e na aquisição de direitos créditos descontados oriundos de vendas parceladas de empreendimentos a performarem parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários em nossa região de atuação. A captação de recursos é feita por intermédio da emissão de certificado de depósitos a prazo e letras de câmbio por meio de plataforma online própria ou por corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investimentos.

**2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.**

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho 2024, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição em 16/08/2024.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 alterou, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução, a Instituição passou a apresentar como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- Resolução BCB nº 2/20 – CPC 26 – Demonstração do Resultado Abrangente

#### **(a) Apuração do resultado**

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

#### **(b) Caixa**

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade. **(Nota 3)**

#### **(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo, quando apresentado, é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado “*pro rata die*” pelos respectivos indexadores e taxas de juros.

#### **(d) Operações de Crédito**

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal – Consignado em Folha e Crédito Pessoal e Empréstimos Pessoais – 2,41%, Capital de Giro– 2,71% e Direitos Creditórios – 94,68%. Desse total, 1,50% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais, as

condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. **(Nota 4).**

#### **(e) Outros Créditos**

Referem-se ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. **(Nota 5)**

#### **(f) Outros Valores e Bens**

Valores relativos à realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. **(Nota 6)**

#### **(g) Imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. **(Nota 7)**

#### **(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo**

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações. **(Nota 8)**

#### **(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos**

No 1º semestre de 2024 e no 1º semestre de 2023, foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil no exercício, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<b>Tributos</b>	<b>Alíquota</b>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

**(j) Mudança nas principais políticas contábeis normas aplicáveis com vigência futura**

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados para a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, e constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros. A entrada em vigor das alterações está prevista para 01 de janeiro de 2025.

As principais alterações nos critérios contábeis são:

- a) Classificação dos ativos financeiros com base no modelo de negócio da instituição para gestão de financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos;
- b) Classificação dos passivos financeiros na categoria custo amortizado;
- c) As receitas e encargos de instrumentos financeiros serão reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivo;
- d) A constituição de provisão em montante deverá ser realizada com base na perda esperada associada ao risco de crédito de instrumentos financeiros, já na data da concessão do crédito e com reavaliação periódica sempre que houver indícios de deterioração da capacidade creditícia do tomador do crédito ou do emissor do instrumento financeiro, não sendo necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, entrará em vigor em 01.01.2025.

Dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para:

- I- Definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal;
- II- Aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- III- Constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e
- IV- Evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas as demonstrações financeiras.

A instituição elaborou plano, aprovado pela diretoria, para a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução, a disposição do Banco Central.

### 3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>49.580</b>	<b>41.163</b>
Disponibilidade em moeda nacional (a)	49.580	41.163

(a) Disponibilidades são representadas por depósitos bancários mantidos em contas de livre movimentação.

### 4- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <	Jun-24	Dez-23
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>1.574</b>	<b>6.913</b>	<b>22.829</b>	<b>59.661</b>	<b>47.381</b>	<b>121.321</b>	<b>39.253</b>	<b>298.932</b>	<b>277.013</b>
INDUSTRIA		52	144	29				225	309
COMÉRCIO		6	18	42	5			71	81
OUTROS SERVICOS	9	130	360	826	1.132	1.136	32	3.625	3.702
PESSOA FÍSICA	1.565	6.725	22.307	58.764	46.244	120.185	39.221	295.011	272.921
<b>TOTAL</b>	<b>1.574</b>	<b>6.913</b>	<b>22.829</b>	<b>59.661</b>	<b>47.381</b>	<b>121.321</b>	<b>39.253</b>	<b>298.932</b>	<b>277.013</b>
Ativo Circulante								<b>30.028</b>	<b>28.119</b>
Ativo Não Circulante								<b>268.904</b>	<b>248.894</b>

#### POR TIPO DE PESSOA

#### A VENCER

TIPO DE PESSOA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <	Jun-24	Dez-23
<b>PJ</b>	<b>9</b>	<b>188</b>	<b>522</b>	<b>897</b>	<b>1.137</b>	<b>1.136</b>	<b>31</b>	<b>3.920</b>	<b>4.092</b>
<b>PF</b>	<b>1.565</b>	<b>6.725</b>	<b>22.307</b>	<b>58.764</b>	<b>46.244</b>	<b>120.185</b>	<b>39.221</b>	<b>295.011</b>	<b>272.921</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.574</b>	<b>6.913</b>	<b>22.829</b>	<b>59.661</b>	<b>47.381</b>	<b>121.321</b>	<b>39.253</b>	<b>298.932</b>	<b>277.013</b>

#### POR REGIÃO

#### POR PRODUTO

REGIÃO	Jun-24	Dez-23	CARTEIRAS	Jun-24	Dez-23
<b>NORTE</b>	-	-	<b>CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL</b>	7.216	8.746
<b>NORDESTE</b>	-	-	<b>FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO</b>	574	570
<b>CENTRO-OESTE</b>	-	-	<b>CAP. DE GIRO/TÍT. DESCONTADOS</b>	8.099	8.567
<b>SUL</b>	-	-	<b>DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	283.043	259.130
<b>SUDESTE</b>	298.932	298.932	<b>TOTAL</b>	<b>298.932</b>	<b>277.013</b>
<b>TOTAL</b>	<b>298.932</b>	<b>298.932</b>			

RISCO	PROVISÃO	Jun-24		Dez-23	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%	-	-	-	-
A	0,50%	219.895	1.099	211.483	1.057
B	1,00%	36.762	368	32.298	323
C	3,00%	31.251	938	17.376	521
D	10,00%	6.825	683	8.330	833
E	30,00%	3.687	1.106	3.832	1.150
F	50,00%	409	205	2.934	1.467
G	70,00%	57	40	370	259
H	100,00%	46	45	390	390
<b>TOTAL</b>		<b>298.932</b>	<b>4.484</b>	<b>277.013</b>	<b>6.000</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>30.028</b>	<b>444</b>	<b>28.119</b>	<b>609</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>268.904</b>	<b>4.040</b>	<b>248.894</b>	<b>5.391</b>

## OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

<b>SALDO 2º SEM 2023</b>	1.582
BAIXAS PARA PREJUÍZO	38
RENEGOCIADAS	
RECUPERADAS	50
<b>SALDO FIM 1º SEM 2024</b>	<b>1.570</b>

## 5- Outros Créditos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
<sup>1</sup> Comissões e Corretagens a receber	741	723
<sup>2</sup> Adiantamento e Antecipações Salariais	24	39
<sup>3</sup> Impostos e Contribuições a Compensar	4.165	2.629
<sup>4</sup> Títulos e Créditos a receber	4.146	4.550
<b>Total</b>	<b>9.076</b>	<b>7.941</b>

<sup>1</sup> Comissões e corretagens a receber geradas por operações de negociação com parceiros.

<sup>2</sup> Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

<sup>3</sup> Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

<sup>4</sup> Saldo de valores a receber representados por títulos de crédito, que não se caracterizam como operações de crédito.

## 6- Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, Recebidos

Em 30 de junho 2024, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2024	Saldo 31/12/2023
Imóveis	5.498	6.028

Corresponde à bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

## 7- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 30/06/2024	Saldo 31/12/2023
Edificações	3.242	3.242
Móveis e equipamentos de uso	394	394
Sistema de processamento de dados	255	254
(-) Depreciação acumulada	(1.327)	(1.260)
<b>Total</b>	<b>2.564</b>	<b>2.630</b>

## 8- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

### 8.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2024	31/12/2023
RDB - Recibo de Depósito Bancário	7.330	10.548
CDB - Certificado de Depósito Bancário	214.114	196.588
Outros Depósitos	11.642	282
<b>Total</b>	<b>233.086</b>	<b>207.418</b>
Passivo circulante	38.560	30.507
Passivo não circulante	194.526	176.911
<b>Total</b>	<b>233.086</b>	<b>207.418</b>

### 8.2 Letras de Câmbio

	30/06/2024	31/12/2023
LC - Recurso de Aceite Cambial	69.072	68.091
<b>Total</b>	<b>69.072</b>	<b>68.091</b>
Passivo circulante	29.075	22.511
Passivo não circulante	39.997	45.580
<b>Total</b>	<b>69.072</b>	<b>68.091</b>

### 8.3 Outras Obrigações

	30/06/2024	31/12/2023
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	577	771
(ii) Fiscais e Previdenciárias:	3.349	1.066
IRPJ a recolher	1.279	89
CSL a recolher	725	-
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	23	42
Impostos e contrib. s/salários	71	90
Outros	1.251	845
(iii) Diversas (a)	2.821	2.715
<b>Total (i+ii+iii)</b>	<b>6.747</b>	<b>4.552</b>

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

### 9- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2024	30/06/2023
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	65.197	47.567
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(59.794)	(40.490)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias</b>		<b>5.403</b>	<b>7.077</b>
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		-	-
Adições	(+)	(1.501)	(3.959)
Exclusões	(-)	-	-
<b>Lucro Antes da Compensação do Prejuízo</b>		<b>3.902</b>	<b>3.118</b>
Crédito Baixado como Prejuízo (2017 a 2019)		-	-
<b>Saldo Prejuízo Fiscal</b>		-	-
<b>Base Tributável (Lucro real após compensação prejuízo)</b>		<b>3.902</b>	<b>3.118</b>
I.R.	15%	585	468
I.R. Adicional	10%	379	299
IRPJ Devido		<b>964</b>	<b>767</b>
CSLL Devida	15%	<b>585</b>	<b>468</b>
<b>Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício</b>		<b>3.854</b>	<b>5.842</b>

### 10- Patrimônio Líquido

**Capital Social:** totalmente subscrito e integralizado é de R\$ **16.042.105,26** (dezesseis milhões, quarenta e dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos), representado por 12.700.000 (doze milhões e setecentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Lucros ou (Prejuízos) acumulados:** Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**Juros sobre capital próprio/Dividendos:** Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o capital próprio deve ser reconhecido a partir do momento que seja declarado ou proposto e assim configure obrigação presente na data do balanço e registrado em conta específica no Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2024	30/12/2023
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>52.417</b>	<b>48.716</b>
Capital Social	16.042	16.042
<b>Reservas de Lucro</b>	<b>36.375</b>	<b>32.674</b>
Reserva Legal	1.896	1.703
Reserva Especial de Lucro	34.479	30.971

## 11- Demonstração dos Resultados

### 11.1 - Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas de Prestação de Serviços	42.040	22.273

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e comissão na originação de créditos resultantes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

### 11.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesa de Água, Energia e Gás	40	34
Despesa de Aluguéis	15	14
Despesa de Comunicação	66	50
Despesa de Material	31	34
Despesa de Processamento de Dados	1.403	1.116
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	64	11
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	90	106
Despesa de Serviços de Terceiros	213	210
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	698	735
Despesa com Viagens	37	30
Outras Despesas Administrativas	157	201
Despesa de Depreciação	67	87
<b>Total</b>	<b>2.882</b>	<b>2.629</b>

Composto substancialmente por despesas com Processamento de Dados devido locação do ambiente nuvem e novos sistemas operacionais, consultoria jurídica, financeira e despesa de serviço do sistema financeiro devido ao crescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

## 12- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/1 a 30/06/2023
Outras Despesas Operacionais	35.628	17.641

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

## 13- Basiléia

### Limites Operacionais

#### Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A Sociedade cumpre o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos que regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

#### 13.1 – INDICADORES DE RISCO (BASILÉIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Conta	Descrição	R\$/1000	06/2024 Saldo
1100	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR55)		52.417
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR55_LB)		52.417
1102	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (PR55_LI)		52.417
1110.01	CAPITAL SOCIAL		16.042
1150	LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)		26.209
1160	VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		2.564
1310	DISPONIBILIDADES		9.916
1320	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		
1350	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		220.836
1370	OUTROS DIREITOS		9.076
1380	OUTROS VALORES E BENS		5.654
1390	PERMANENTE		2.564
1395	CRÉDITOS A LIBERAR		0
1700	VALOR DO RWARCSIMP (RISCO DE CRÉDITO)		248.046
1800	VALOR DO RWAOSIMP (RISCO OPERACIONAL)		33.197
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (17,00%)		47.842
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO		4.575
1960	MARGEM OU INSUFICIÊNCIA P/ LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		23.645
2000	RWASS (ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO)		281.426
<b>ÍNDICE DE BASILÉIA</b>			<b>18,63%</b>

**CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA OPTANTES PELO RPS**

RESOLUÇÃO 4.606/2017

MÊS/ANO	junho-24	R\$/1000
CONTA	NOME DA CONTA	VALOR DA CONTA
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)	52.417
2000	RWAS5	281.426
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	47.842
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	4.575

<b>ÍNDICE DE BASILÉIA &gt;&gt;</b>	<b>18,63%</b>
------------------------------------	---------------

**13.2 – LIMITE DE BASILÉIA E SEGMENTAÇÃO**

A Resolução 4.606 de 19 de outubro de 2017 do CMN, implantou nova metodologia de apuração do RWArps (Risk Weight Asset) dos ativos ponderado pelo risco no modelo simplificado e requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições enquadradas no segmento S5 de instituições não bancárias de crédito (art. 2º, item II). A Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto/2019, a migração de sua segmentação de S4 para S5, passando está a se enquadrar nas regras e limites para este segmento.

O requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12º da Resolução 4.606 é de 17% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWArps) da instituição. Conforme art. 1º da Resolução 4.813 de 30/04/2020, por motivos de excepcionalidade nas condições de mercado, o limite mínimo foi reduzido para 15% até abril de 2021, e de 15,5% que vigora até outubro de 2021, no período de 1º de novembro de 2021 a 30 de abril de 2022, os percentuais de que tratam os incisos I e II do caput serão de 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) e 16,25% (dezesseis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), respectivamente, a partir de maio de 2022, 17%.

**Gerenciamento de risco**

A Socinal, enquadrada no segmento S5 (Resolução 4.553/2017) faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e, (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído pela diretoria executiva e acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

**I - Risco de Mercado** – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de não negociação bancárias em expectativa de negociação e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br)

**II - Risco de Crédito** - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br).

**BIII - Risco de Liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br)

**IV - Risco Operacional** – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br)

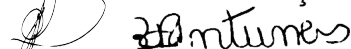
**V - Risco de capital** – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade

de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal é realizado por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br).

**VI - Risco Socioambiental** – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015, sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site [www.socinal.com.br](http://www.socinal.com.br) em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

#### 14- Outros Assuntos – Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2024.



#### DIRETORIA

Jorge Lage Campos

Vanessa Pires Antunes

#### CONTADOR

Contab Control Consultoria Empresarial Ltda.

CRC RJ: 008658/O-9



Transparência . Justiça . Seriedade

## **SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Demonstrações Financeiras  
em 30 de junho de 2024  
e relatório do auditor independente



Transparência . Justiça . Seriedade

## **SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024**

#### **CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

Balanço patrimonial .....	4/5
Demonstração do resultado do período.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



Transparência . Justiça . Seriedade

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Transparência . Justiça . Seriedade

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Transparência . Justiça . Seriedade

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

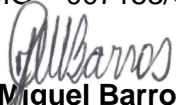
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte/MG, 16 de agosto de 2024.



**TJS – Auditoria & Consultoria Empresarial**  
CRCMG – 007153/O-0

  
**José Miguel Barros de Rezende**  
Contador CRCMG 056269/O-1